



Ministério da Saúde lança em Brasília a Caderneta da Criança.

Pág. 10

Estandes já estão à venda para o Hospital Business 2005

Pág. 5

IMPRESSO ESPECIAL
050200977-2/2002-ECT/DR/RJ
SINDHERJ
... CORREIOS ...

HospitalRIO

ANO VII - Nº 66 - JAN/FEV/MAR 2005 | INFORMATIVO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS HOSPITAIS E CLÍNICAS DO RIO DE JANEIRO: AHCRJ, FEHERJ e SINDHERJ



O Brasil se mobiliza contra a MP 232

Págs. 6 a 9



HospitalRIO

informativo das entidades representativas dos hospitais e clínicas do Rio de Janeiro

FEHERJ - Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Av. Rio Branco, 257 - salas 1511/1512
Centro - RJ CEP: 20040-009
Tel/fax: (21) 2544-8324/2544-8325
www.feherj.com.br - feherj@feherj.com.br

Presidente

Dr. José Carlos de Souza Abrahão

1º Vice-Presidente

Dr. Armando Carvalho Amaral

2º Vice-Presidente

Dr. Marcus Camargo Quintela

Diretor-Secretário

Dr. Luiz Fernando Froimitchuk

Diretor-Tesoureiro

Dr. Guilherme Xavier Jaccoud

SINDHERJ - Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do Rio de Janeiro

Av. Rio Branco, 257 - salas 1506/1515
Centro - RJ CEP: 20040-009
Tel: (21) 2544-0877 - Fax: (21) 2240-1746
www.sindherj.com.br - sindherj@sindherj.com.br

Presidente

Dr. Armando Carvalho Amaral

1º Vice-Presidente

Dr. José Carlos de Souza Abrahão

2º Vice-Presidente

Dr. Luiz Fernando Froimitchuk

3º Vice-Presidente

Dr. José Elias Mansur

Tesoureiro

Dr. José Massoud Salame

Secretário-Geral

Dr. Luciano Balbino

AHCRJ - Associação de Hospitais e Clínicas do Rio de Janeiro

Av. Rio Branco, 257 - salas 405/409
Centro - RJ CEP: 20040-009
Tel: (21) 2532-0540 - Fax: (21) 2262-0773
www.ahcrj.com.br - ahcrj@ahcrj.com.br

Presidente

Dr. Guilherme Xavier Jaccoud

1º Vice-Presidente

Dr. José Maurício Magacho

2º Vice-Presidente

Dr. Celso Antunes Rodrigues

3º Vice-Presidente

Dr. João José Cardoso

Secretário

Dr. Mário Lúcio Heringer

Tesoureiro

Dr. Luciano Cirauod Aristocolo

Coordenação Editorial

Factual Comunicação - Rua Voluntários da Pátria, 190 / 501, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22270-010 *
Tels.: (21) 2226-1346 / 1347 e 2539-0775 * www.factual.
inf.br * Jornalistas-responsáveis: Carol Monroy / Flavia
Torres Mtb 17233 * e-mails: factual@factual.inf.br /
cmonroy@factual.inf.br * Reportagem: Carol Monroy
e Aline Abreu

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações

Mabuya Design - www.mabuya.net

e-mail: contato@mabuya.net

Tels.: (21) 2258-9004 / (21) 2568-6883

Tiragem: 6 mil exemplares

Distribuição: gratuita

Periodicidade: bimestral

* Nota da Redação: Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião dos editores e jornalistas colaboradores.

Por um Brasil com mais empregos e menos impostos

Caros amigos,

A alta carga tributária em nosso país atingiu níveis insuportáveis. E, agora com a Medida Provisória 232, editada pelo governo na virada do ano, a tendência é a situação piorar ainda mais, atingindo todos os setores produtivos, em especial os prestadores de serviços.

Os efeitos maléficos desta MP para a sociedade como um todo motivaram a formação de uma profunda articulação da sociedade civil, nunca antes vista, batizada de 'Frente Brasileira contra a MP 232'.

O movimento vem dando passos largos em direção à derrubada de alguns itens polêmicos que constam da redação do texto original da referida medida. Foram realizados atos públicos em São Paulo e na capital federal, bem como uma série de reuniões e encontros com líderes partidários e ministros.

A capa desta edição da revista **Hospital Rio** é totalmente dedicada ao assunto. As entidades de saúde do Rio de Janeiro - AHCRJ, FEHERJ e SINDHERJ - e a Confederação Nacional de Saúde (CNS) também aderiram ao movimento e vêm apoiando e acompanhando todas as suas iniciativas na tentativa de conscientizar os brasileiros e os parlamentares das arbitrariedades e abusos tributários previstos nesta MP.

A luta do setor saúde contra a alta carga de impostos não vem de hoje. Os prestadores de serviços já foram injustamente excluídos do sistema de tributação Simples em 2002 e agora o setor de serviços enfrenta mais um duro golpe tributário com a edição da MP 232.

Apesar de se tratar de um setor de tamanha representatividade e importância para a nação, que equivale a 6,5% do PIB nacional e gera dois milhões de empregos diretos, vimos sobrevivendo a duras penas na última década. Os custos do segmento vêm aumentando progressivamente sem uma contrapartida justa na correção dos valores praticados.

Torçemos para que os parlamentares tenham a sensibilidade necessária na hora de votar esta medida, o que deve acontecer até o final deste mês. Do contrário, a crise na saúde, que já é grave, pode assistir a um novo e triste episódio, que comprometa a qualidade da assistência prestada à população.

José Carlos Abrahão, Presidente da CNS e da FEHERJ

Nesta edição:



pesquisa — pág. 4
Relacionamento com convênios



atualidade — pág. 10
Caderneta da Criança



evento — pág. 5
Hospital Business 2005



entrevista — págs. 11 e 12
Maria de Lourdes Moura



capa — págs. 6 a 9
MP 232



artigo — págs. 13 e 14
Dr. Luiz Marcelo Lubanco

Pesquisa avalia o relacionamento comercial entre prestadores e operadoras

Resultado revela que 83,31% dos entrevistados ainda contam com contratos antigos e que 65,37% apresentam problemas financeiros

Uma pesquisa de relacionamento encomendada à Doctor SAC pela Associação de Hospitais e Clínicas do Rio de Janeiro (AHCRJ) e realizada entre novembro e dezembro do ano passado, avaliou como anda o relacionamento entre os prestadores de serviços e os convênios no município.

Das 220 unidades associadas procuradas, noventa e duas responderam a pesquisa, que se ateu basicamente a duas questões: atual situação dos contratos e problemas financeiros. Segundo o presidente da AHCRJ, Dr. Guilherme Xavier Jaccoud, “o objetivo do estudo era obter um panorama atualiza-

“O objetivo do estudo era obter um panorama atualizado da situação dos prestadores quanto à contratualização (RN 42), bem como sobre as relações comerciais e administrativas com as operadoras de saúde”

DR. GUILHERME JACCOUD
PRESIDENTE DA AHCRJ

do da situação dos prestadores quanto à contratualização (RN 42), bem como sobre as relações comerciais e administrativas com as operadoras de saúde”. Com relação aos contratos, 83,31% dos estabelecimentos afirmaram contar ainda com documentos antigos. Apenas 16,69% já apresentam contratos novos, de acordo com a Resolução Normativa nº 42, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que obriga as operadoras a firmarem contratos de prestação de serviços com os hospitais conveniados.

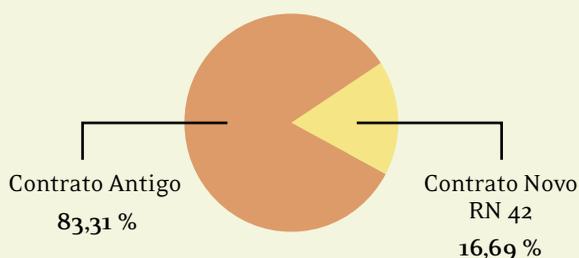
No que se refere ao item problemas financeiros, 65,37% dos pesquisados afirmaram enfrentar dificuldades atualmente; 14,05% reclamaram de fraco atendimento por parte dos convênios; 10,51% destacaram o excesso de burocracia existente no relaciona-

“As informações obtidas através desse levantamento servirão para pressionarmos os convênios por melhorias nos itens pesquisados e negociarmos reajustes para os prestadores”

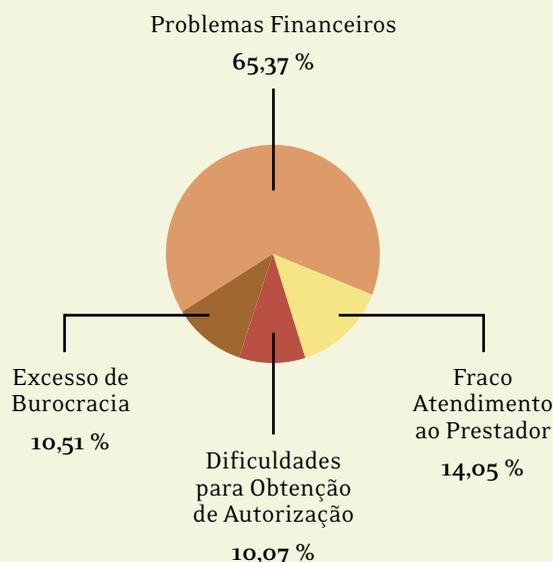
DR. GUILHERME JACCOUD
PRESIDENTE DA AHCRJ

RELACIONAMENTO COM CONVÊNIOS

» Situação dos Contratos



» Prestação de Serviço x Problemas Financeiros



amento e 10,07% disseram ter dificuldades para obtenção de autorização das operadoras.

De acordo com o presidente da AHCRJ, o resultado da pesquisa não surpreendeu, apenas confirmou a situação e as queixas dos estabelecimentos conveniados. “As informações obtidas através desse levantamento servirão para pressionarmos os convênios por melhorias nos itens pesquisados e negociarmos reajustes para os prestadores”, disse Dr. Jaccoud.



Hospital Business 2005: estandes já estão sendo vendidos

Expectativa dos organizadores é reunir este ano mais de duzentas empresas



As empresas interessadas em participar da 12ª edição da feira Hospital Business, de 14 a 16 de setembro,

na Marina da Glória (RJ), já podem adquirir seus estandes. A comercialização dos espaços está sendo feita pela Associação de Hospitais e Clínicas do Rio de Janeiro (AHCRJ), uma das entidades realizadoras, ao lado da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado (FEHERJ) e do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado (SINDHERJ). O patrocínio é da Amil. O evento tem apoio da Confederação Nacional de Saúde (CNS) e da Associação de Hospitais do Estado (AHERJ).

Este ano a feira, já tradicional no calendário da cidade, terá dois mil metros quadrados de montagem, tamanho superior ao da edição 2004. O espaço para o congresso científico - evento paralelo à feira de equipamentos, produtos e serviços médico-hospitalares - também foi consideravelmente ampliado. Ao invés de apenas um auditório com capacidade para 100 pessoas, serão desta vez três auditórios do mesmo tamanho, triplicando assim esta capacidade.

“Isso possibilitará a realização de palestras simultâneas e uma programação muito maior e mais completa, abordando temas variados e de grande interesse para os congressistas, entre eles gestores e profissionais de saúde”, diz Guilherme Jaccoud,

presidente da AHCRJ.

Com as mudanças, os organizadores do evento esperam reunir um público de mais de 600 congressistas durante os três dias de realização do evento. Quanto à feira, a expectativa é reunir cerca de duzentas empresas expositoras. Já reservaram seus espaços a MV Sistemas, Plastlab, Assim, Colortel, RAF Arquitetura, Rio Med e Memorial Saúde, entre outras.

O menor estande possui nove metros quadrados e



FOTO DE DIVULGAÇÃO

HOSPITAL BUSINESS FEIRA É A MAIOR DO SETOR NO RIO DE JANEIRO

o maior, depende do interesse do cliente. O valor é de R\$ 300,00 o metro quadrado, incluindo a montagem básica. Já o metro quadrado de área livre sai por R\$ 270,00. O total pode ser parcelado até agosto. Expositores antigos têm 10% de desconto. As empresas interessadas devem contactar a ACHRJ pelo tel.: (21) 2532.0540 ou pelo site www.ahcrj.com.br

VISITANTES DO HOSPITAL BUSINESS 2004

1º	Fabricantes de Produtos Hospitalares	8º	Enfermeiros
2º	Dirigentes Hospitalares	9º	Administradores Hospitalares
3º	Farmacêuticos	10º	Estudantes
4º	Não Responderam	11º	Médicos
5º	Diretores Médicos	12º	Nutricionistas
6º	Fisioterapeutas	13º	Outros Segmentos
7º	Compradores		

Medições feitas em caráter proporcional



(ACSP), “o governo achou que ao editar esta medida no apagar das luzes de 2004, a mesma passaria despercebida. Mas este movimento de união e repúdio comprova a força da sociedade brasileira e estamos certos de que esta MP não passará. A repercussão desta mobilização demonstra que não é o Estado que manda na nação, é a nação que manda no Estado. Quando se tem uma sociedade atenta, unida e vigilante, não há desmandos”, afirmou.

O presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Cláudio Vaz, fez quórum com Afif: “Precisamos que esta união dos setores representativos da nossa economia não se restrinja apenas a este movimento contra a MP 232. Que esta união histórica sirva de exemplo para fazermos uma verdadeira reforma tributária no país. Precisamos de empregos, investimentos e desenvolvimento. O setor de serviços emprega 23 bilhões de trabalhadores no Brasil e responde por 35% do PIB nacional. Não podemos ser tratados desta forma pelo governo”, enfatizou o dirigente.

José Carlos Abrahão, presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNS) e da Federação de Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (FEHERJ), disse que o setor saúde não suporta mais o peso da alta carga tributária. “Os reflexos desses golpes tributários do governo são de grande impacto negativo para a sociedade. Contribuem para o aumento da informalidade no país, para o encerramento de inúmeros postos de trabalho, para o fechamento de leitos e unida-

des hospitalares, além de gerarem um alto grau de inadimplência e endividamento por parte dos prestadores de serviços, conseqüências que certamente acabam por atingir os usuários do sistema de saúde, refletindo diretamente na qualidade do atendimento prestado à população”.

No ato público realizado na capital paulista, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, foi ovacionado pelo público presente ao afirmar indignado que “o povo brasileiro queria mudanças ao eleger Lula para presidente. Ele queria um governo que enfrentasse o sistema financeiro nacional, que baixasse os juros e gerasse empregos”. Segundo Paulinho, “ou o governo Lula percebe que errou e recua, retirando esta MP e fazendo um pedido público de desculpas à nação, ou será mais uma vez derrotado”, disse o sindicalista, fazendo alusão à vitória do deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) sobre o candidato oficial do governo, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, anunciada naquele mesmo dia.

Segundo o presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, “esta MP é vergonhosa, arbitrária e desprovida de qualquer base legal”. A seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil prometeu oferecer toda a assessoria jurídica necessária para as bancadas dos partidos derrubarem o aumento tributário.

A OAB-SP prometeu ainda entrar com novas medidas judiciais contra a medida.



O PRESIDENTE DA CNS E DA FEHERJ, JOSÉ CARLOS ABRAHÃO, FALOU SOBRE O IMPACTO DA MP SOBRE O SETOR SAÚDE



A ATRIZ BEATRIZ SEGALL LÊ O MANIFESTO CONTRA A MP 232 AO FINAL DA MANIFESTAÇÃO EM SP

Protestos no centro do Poder

Se na manifestação realizada em São Paulo eram 1.111 as entidades ali representadas e que assinavam o manifesto contra a MP 232, apenas 48 horas depois, quando o movimento ‘invadiu’ o Congresso Nacional, este número já havia subido para 1.300. Uma comissão de empresários foi ao gabinete do novo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), entregar uma cópia do documento. “Está todo mundo preocupado com o gasto público, mas a solução não pode ser a punição desses setores que são vitais para a nossa economia”, disse o senador em tom conciliador. Calheiros falou ainda: “Embora seja o governo que dê o rumo, é o Congresso que dá o caminho, pois o Brasil precisa de crescimento para aumentar a produção e não para aumentar impostos”.

Em seguida o grupo foi recebido pelo recém-eleito presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), no auditório Nereu Ramos, onde aconteceu um novo ato público, que desta vez reuniu cerca de 400 pessoas, que lotaram o local. O novo presidente da casa mostrou-se totalmente contrário à MP 232 e se comprometeu a intermediar um entendimento entre empresários e governo. “Esta MP atinge em cheio a sociedade brasileira. Estou encampando esta luta em favor do nosso povo. Não se pode ficar um de cada lado duelando entre si, empresários e Executivo. Eu quero o bom senso e acho que vamos conseguir chegar a um consenso”, declarou Severino Cavalcanti, que reiterou ao presidente Lula que, dificilmente, esta medida provisória será aprovada com o texto atual.

Na ocasião, o presidente da ACSP, Guilherme Afif



O PRESIDENTE DA CNS E DA FEHERJ, JOSÉ CARLOS ABRAHÃO, TAMBÉM ESTEVE NO CONGRESSO NACIONAL



AFIF DOMINGOS ENTREGA O MANIFESTO AO PRESIDENTE DA CÂMARA, SEVERINO CAVALCANTI

FOTOS CAROL MONROY

Domingos, disse que “a capacidade de negociação com o governo está encerrada, uma vez que a MP representa uma traição à sociedade por ter sido editada da forma como foi, sem qualquer diálogo ou consulta à sociedade. Se o governo quer aumentar impostos, que o faça por projeto de lei e não através de medida provisória. Esta MP é inconstitucional e arbitrária”.

Já o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, disse que espera poder continuar negociando com o governo, “porém negociar não significa apenas ceder”, enfatizou.

A peregrinação da Frente Brasileira contra a MP 232 no Congresso Nacional continuou. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, recebeu, no dia 22 de fevereiro, um grupo de empresários, entre eles o presidente da CNS, José Carlos Abrahão, para tratar da questão. A reunião, realizada no gabinete do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), frustrou bastante os presentes. Apesar de ter aceitado o encontro, o ministro confirmou a insistência do governo em manter o aumento de 25% proposto pela medida na base de cálculo do IR e da CSLL.

Estudos da Receita Federal revelam que esta mudança renderá R\$ 1,5 bilhão aos cofres públicos em 2006 e compensará em parte a perda de arrecadação resultante da correção da tabela do IR, estimada em R\$ 2,5 bilhões. Palocci, no entanto, admitiu negociar com o setor produtivo outros três pontos polêmicos da MP: a retenção de 1,5% na fonte do IR dos agricul-



tores, a inclusão na base de cálculo da CSLL da variação cambial dos investimentos no exterior e a proibição de recursos, em segunda instância, ao Conselho de Contribuintes para discussão de crédito inferior a R\$ 50 mil. O ministro, porém, foi evasivo sobre a reivindicação do empresariado de maior repercussão: a elevação da carga tributária para os prestadores de serviços. “Trocamos idéias sobre todos os pontos. Acredito que estamos num bom caminho”, desconversou Palocci.

No mesmo dia a OAB reuniu-se com a Frente Parlamentar de Advogados e entregou documento no qual afirma que “a MP 232 foi elaborada na clandestinidade e revela a voracidade arrecadatória do Executivo”. A maior preocupação da entidade refere-se à taxação dos prestadores, já que ela atinge os advogados autônomos. “A sociedade brasileira está escandalizada com a truculência dessa medida, produzida sem debate prévio”, disse Roberto Bussato, presidente da OAB.



A MANIFESTAÇÃO CONTRA A MP 232 LOTOU O AUDITÓRIO NEREU RAMOS, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No dia seguinte, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi nomeado relator da comissão mista - composta por 26 deputados e senadores - que irá analisar o texto da polêmica MP. O deputado Francisco Dornelles (PP-RJ) foi anunciado como presidente da comissão e Carlito Merss (PT-SC), como relator-adjunto.

Carga tributária foi recorde ano passado

Um estudo preliminar do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBTP), divulgado na segunda quinzena de fevereiro, revela que a carga tributária bateu recorde no país em 2004, após ter apresentado queda no ano anterior. Segundo o instituto, o peso dos tributos subiu de 35,54% para 36,56% do PIB, um aumento de 1,02%. Porém, o ônus desse aumento recaiu mais sobre as pessoas e sobre a atividade empresarial voltada para o mercado nacional. “O aumento da carga no mercado interno pressiona os preços, aumenta a inflação e reduz o poder de compra dos brasileiros”, disse o presidente do IBTP, Gilberto Luiz do Amaral.

De acordo com o instituto, o aumento dos impostos é responsável por 1,2% da inflação de 7,6% registrada em 2004 pelo IPCA, apurado pelo IBGE. Para 2005, o IBTP prevê que, se passarem pelo Congresso, apenas as alterações de impostos e contribuições para o setor de serviços propostas pela MP 232 irão responder por 1,5 ponto percentual de alta na inflação de 5,5% projetada para o ano.

A elevação das alíquotas do PIS - de 0,65% para 1,65% - e da Cofins - de 3% para 7,6%, - contribuiu para aumentar o peso tributário sobre o mercado

interno ano passado. Já as receitas de ICMS apresentaram, em 2004, aumento de 8,4% acima da inflação. A arrecadação do ISS, por sua vez, aumentou 38,7%.

O levantamento feito pelo IBTP revela que a arrecadação tributária no país somou R\$ 650,149 bilhões em 2004 contra R\$ 553,179 bilhões em 2003.

Um outro estudo feito pela consultoria Ernst & Young revela que o Imposto de Renda está pesando cada vez mais, tanto no bolso das famílias, quanto das empresas. Considerando-se os últimos quatro anos, a carga tributária das pessoas físicas aumentou até 70%. De 1995 até 2004, o aumento da arrecadação do governo com o IRPF saltou de R\$ 2,165 bilhões para R\$ 6,136 bilhões, um aumento de 183% em termos nominais, sem considerar a inflação. Descontando a inflação medida pelo IPCA no período (135,98%), a mordida do Leão sobre a pessoa física cresceu em 29,22%.

Ainda segundo o levantamento da Ernst & Young, na última década a arrecadação do IR sobre as empresas aumentou ainda mais: 319% em termos nominais e, considerando-se a inflação, 89,76%.



Ministério da Saúde lança em Brasília a Caderneta da Criança

CNS e outras entidades do setor suplementar participam de parceria com o Governo para melhorar a assistência na faixa de zero a dez anos

O presidente da CNS e da FEHERJ, José Carlos Abrahão, participou, dia 17/2, em Brasília, da cerimônia de lançamento da 'Caderneta de Saúde da Criança', uma ação do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em parceria com entidades representativas do setor de saúde suplementar. A caderneta substitui o atual 'Cartão da Criança' e funcionará como um instrumento de vigilância do crescimento e do desenvolvimento da saúde de todas as crianças brasileiras nascidas a partir de 2005, que utilizam o SUS ou que disponham de planos de saúde privados. O objetivo é melhorar a qualidade de vida desta população e reduzir os índices de mortalidade infantil.

Ela apresenta dados sobre as condições de saúde do recém-nascido, bem como sobre a gestação da mãe, o parto e o puerpério, fornecendo aos profissionais de saúde informações fundamentais para o acompanhamento do desenvolvimento dessas crianças e contribuindo, desta forma, na orientação às famílias. A caderneta contempla crianças de zero a dez anos de idade, enquanto o antigo cartão ia só até os sete anos de vida.

Segundo o Ministro da Saúde, Humberto Costa, o governo Lula já avançou bastante na possibilidade de controlar e reduzir a mortalidade infantil através de ações de prevenção, como os programas Fome Ze-



FOTOS CAROL MONROY

MINISTRO DA SAÚDE LANÇA A NOVA CADERNETA DA CRIANÇA

ro, Bolsa Família e Bolsa Alimentação. “Temos certeza de que a Caderneta da Criança será mais um importante instrumento nesta caminhada. Ela é um compromisso do Brasil com a qualidade de vida da nossa população. Queremos ter crianças saudáveis e cidadãos, com capacidade de acesso à saúde, educação e cultura”, disse o ministro.

Na ocasião, Humberto Costa entregou a caderneta a duas famílias e houve a assinatura de um Protocolo de Intenções entre o Ministério da Saúde, ANS, representantes das operadoras e dos prestadores de serviços da área suplementar para adoção da caderneta. “Aproveito para agradecer o apoio e a solidariedade das empresas e entidades do setor privado que se dispuseram a lançar-se neste desafio e neste plano de cooperação mútua ao lado do governo a fim de melhorar a saúde da população do nosso país”, encerrou o ministro.



MINISTRO HUMBERTO COSTA ENTRE O DIRETOR DA ANS LEÔNICIO FEITOSA, E O PRESIDENTE DA CNS JOSÉ CARLOS ABRAHÃO



Gerenciamento de resíduos hospitalares: um tema que requer muito diálogo e parceria

Diretora do Centro de Vigilância Sanitária do Estado, Maria de Lourdes Moura, fala sobre o relacionamento com o setor de saúde privado



A legislação sanitária está em processo permanente de modificação e evolução, procurando atender às necessidades propostas pelas mudanças do processo de atenção à saúde. São novos procedimentos e tecnologias que vão sendo incorporados pelos serviços de saúde, que precisam ser regulamentados.

Segundo a diretora-geral do Centro de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro, Maria de Lourdes de Oliveira Moura, este foi o caminho adotado em relação às normas de biossegurança em serviços de saúde e em relação aos resíduos produzidos por estes serviços. Com o advento da AIDS, o ressurgimento de doenças consideradas erradicadas, o aumento da prevalência das hepatites, essas medidas tornam-se cada vez mais importantes para a proteção da saúde da população.

Em entrevista exclusiva à revista **Hospital Rio**, a Dra. Maria de Lourdes Moura fala sobre as ações que estão sendo feitas conjuntamente pelo Centro de Vigilância Sanitária, estabelecimentos de serviços de saúde e entidades de classe representativas da categoria a fim de se fazer cumprir a legislação vigente e superar os problemas encontrados neste sentido.

1) Como as unidades hospitalares privadas estão com relação à legislação vigente referente ao gerencia-

mento de resíduos hospitalares e normas de biossegurança? Há ainda muitas adaptações a serem feitas por estes estabelecimentos a fim de se adequarem?

Dra. Maria de Lourdes: A Vigilância Sanitária, que tem como missão zelar pela proteção da saúde dos moradores do Estado, vem desenvolvendo seu programa de trabalho, o que inclui inspeções aos serviços de saúde para verificação do cumprimento das normas. Temos observado que existem muitas inadequações, tanto no setor público quanto no privado, no sistema com um todo, tanto em relação ao correto cumprimento das normas de biossegurança, quanto na implementação do manejo ou gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde.

A correta compreensão e internalização das normas e sua implementação não ocorrem de forma imediata. O importante é que haja o reconhecimento das inadequações e a busca por respostas, pois a maior parte dos problemas pode ser revertida.

2) Muitos estabelecimentos alegam que a legislação em vigor é muito pesada. Existem estabelecimentos com 30, 50 ou até mesmo 100 anos de fundação, que não dispõem sequer do espaço físico necessário e da infraestrutura básica para atender às novas exigências. Qual a sua opinião a respeito?

Dra. Maria de Lourdes: Procuramos dar um tratamento diferenciado a cada uma das instituições. Sabemos que as unidades muito antigas não conseguirão implantar a totalidade das normas, mas buscamos reduzir os riscos e, para isso, temos que ser criativos o suficiente para propor alternativas.

3) Como está o relacionamento da Vigilância Sanitária Estadual com os estabelecimentos de serviços de saúde privados? Que tipo de parceria/projetos em andamento valem ser aqui destacados?

Dra. Maria de Lourdes: O Centro de Vigilância Sanitária, já há algum tempo, procura ter uma atuação mais próxima da sociedade e dos serviços de



saúde. Acreditamos que muitos dos problemas que enfrentamos hoje em relação à qualidade dos serviços só poderão ser superados se trabalhados em conjunto. Isso vem sendo feito, seja para elaboração de normas estaduais, como no caso da resolução para a área de laboratórios clínicos; para superação de problemas pontuais - como a questão do tratamento da água para hemodiálise -, ou para fomentar a discussão do processo de implementação de normas federais no estado, como ocorreu com a Portaria 344 (Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial).

Aliás, atualmente temos conversado muito com representantes da área de hospitais e clínicas do estado do Rio de Janeiro, com a AHERJ e o SINDHERJ, com o intuito de identificar os problemas, limitações, as possibilidades de trabalho conjunto e as oportunidades para superação dos entraves.

4) Na sua opinião, quais serão os principais resultados desta maior aproximação entre as partes?

Dra. Maria de Lourdes: A partir dessas conversas já surgiram algumas propostas, ainda em estudo. Teremos em breve algumas novidades, como eventos e cursos voltados para as questões que vêm sendo discutidas na mídia e nas entidades de saúde, em especial na área de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e na de processamento de artigos e materiais, para aprimorarmos as técnicas e processos de trabalho.

Desse modo, acredito ser possível diminuir e controlar o risco de infecções hospitalares, de transmissão de doenças e oferecer à população do Rio de Janeiro serviços cada vez mais seguros e de melhor qualidade, o que tenho a convicção de ser de interesse de todos os que trabalham no setor saúde.



cursos

Agenda de cursos em 2005

Teve início em 27/1, com o tema 'Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços', a programação de cursos da AHCRIJ, FEHERJ e SINDHERJ para o primeiro semestre deste ano. O objetivo é oferecer qualificação a profissionais de diversas áreas dos estabelecimentos de saúde associados. A ABDEH - Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Edifício Hospitalar estará realizando uma parceria com as entidades para ministrar cursos sobre arquitetura e instalações em ambientes de saúde. Segue abaixo a grade com os próximos cursos a serem realizados no auditório do SINDHERJ, à Av. Rio Branco, 257 / 15º andar, Centro. Informações pelo tel.: (21) 2544-0877.

CURSOS	INSTRUTORES	DATAS	HORÁRIO/LOCAL
BIOSSEGURANÇA HOSPITALAR	Dr. HAMILTON COELHO	16 e 17 de março	9h às 17h e 9h às 12h30
GESTÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE A NOVA RESOLUÇÃO DA ANVISA-MS	Dr. PAULO ROBERTO REBELLO	23 de março	8h às 12h
AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NA ÁREA HOSPITALAR	Drs. OSWALDO MUNARO e RENATO PEREIRA	23 de março	14h às 18h
VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE	Dr. PAULO ROBERTO REBELLO	30 de março	9h às 17h30
APROVAÇÃO DE PROJETOS HOSPITALARES	Arquiteto FLÁVIO KELNER	31 de março	18h30 às 20h30 Auditório SINDHERJ
FATURAMENTO HOSPITALAR	Prof. ENEAS BRAGA	08, 15 e 20 de abril	das 17h às 20h
CURSO DE INSTALAÇÃO DE GASES MEDICINAIS	Engenheiros PEDRO PAULO, RAUL SANTA HELENA, SANDRO DOLGHI, MARIA ELISA GERMANO	26 de abril	9h às 17h30 Auditório SINDHERJ
CLIMATIZAÇÃO DE AMBIENTES HOSPITALARES	Engenheiro SANDRO DOLGHI	18 de junho	18h30 às 20h30 Auditório SINDHERJ

A obrigatoriedade do tratamento dos efluentes sanitários hospitalares e sua implicação aos estabelecimentos de saúde do estado

* DR. LUIZ MARCELO LUBANCO

Habitualmente, procuramos trazer ao debate neste espaço matérias de relevância ao administrador da área da saúde. Ficamos realmente engrandecidos pela repercussão que estas linhas têm trazido, tanto pelo reconhecimento de nosso trabalho, como pela iniciativa das entidades representativas do setor saúde, que arduamente têm lutado pela preponderância dos interesses da categoria.

A pauta de hoje reflete uma preocupação que atormenta os estabelecimentos hospitalares desde os idos de 2000: a obrigatoriedade do tratamento privado de seus efluentes sanitários.

Como é praxe, o Estado, aqui entendido como a administração pública em geral, é inadimplente com as obrigações a ele atribuídas constitucionalmente, dentre as mais relevantes, a de oferecer serviços de saúde, educação e saneamento básico à população. A Constituição Federal remete aos entes federativos a competência de promover o saneamento básico, e à União o poder de instituir diretrizes. Vejamos:

Art.21 Compete à União:

(...) XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

Art.23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...) IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

Inicialmente a lei nacional que rege a matéria sobre a política nacional do meio ambiente é a de nº 6938/81, de 31/08/1981, que estabelece normas gerais para sua preservação e restabelecimento, a serem observadas pelo demais entes federativos.

Quanto ao saneamento básico, a lei que lhe faz referência direta é a nº 8080/90, onde fica determinado que é obrigatória a ligação de toda construção habitável à rede de canalização de esgotos, cujo afluente terá destino fixado pela autoridade competente.

Ora, uma rede de esgoto de utilização facultativa seria um contra-senso, pois não passaria de um conjunto de tubos, ficando a mercê da vontade caprichosa dos particulares, que poderiam optar pelo uso de fossa própria, pondo em risco toda a coletividade.

Tratando-se, pois, de saneamento, o próprio particular está compelido a aderir aos serviços que são um múnus público, uma obrigação do indivíduo como

membro de uma sociedade organizada.

As normas acima são classificadas tecnicamente como *normas jurídicas nacionais*, ou seja, atingem toda a coletividade sem distinção, não tendo destinatários específicos, devendo ser observadas integralmente, com a edição de normas suplementares pelos demais entes federativos, sem, entretanto, modificá-las ou ampliá-las.

Fica claro então que a **atribuição** para a instalação e exploração das redes de esgotos sanitários é do **poder público** e não dos usuários, que obrigató-





riamente devem participar como consumidores e pagadores. Não compete, portanto, ao usuário privado substituir a administração naquilo que ela não faz. **A obrigação de manutenção e disposição de rejeitos líquidos é do ESTADO.**

Contudo, veio a administração pública, no exercício do seu poder de polícia, impor limites e restrições à utilização da propriedade e da liberdade do particular em favor do interesse público adequado, sob argumento de que se trata de preservação de meio ambiente, o direito difuso por excelência, inclusive de quem sofre a limitação.

Foi então aprovada em nosso Estado a lei estadual n.º 2.661/96, que regulamenta o art. 247 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, onde em seu art. 8.º criou a obrigatoriedade do tratamento dos efluentes dos hospitais, clínicas, laboratórios e estabelecimentos similares.

A lei, portanto, transfere ao particular atividade exclusivamente estatal, muito embora, em alguns casos, este ainda efetue a cobrança indevida por um serviço que não presta, o que vem sendo objeto de questionamento judicial em demandas propostas sob o nosso patrocínio.

Ora, era inaceitável e ilógico admitir que as empresas cuja exploração se dava de forma regular, obedecidas as normas administrativas vigentes à época de sua constituição, viessem a ser solapadas pela inépcia estatal.

Sob o manto da proteção ao meio ambiente, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC) iniciou uma aplicação aterrorizante da profusa legislação ambiental, imputando a qualidade de atividade poluidora a todo e qualquer hospital e clínica.

Todavia, as entidades representativas se apressaram em demonstrar às autoridades que os efluentes sanitários hospitalares muito pouco se diferenciavam dos domésticos. Foi, então, contratado o renomado microbiologista e saudoso Prof. Alexandre Adler, que em minucioso trabalho demonstrou, com brilhantismo, a pertinência deste argumento.

Não foi o suficiente para sensibilizar o Poder Público. A lei permaneceu vigente e a fiscalização, cada vez mais arrematadora. Foi então que as entidades representativas da categoria agiram novamente. A fim de pôr fim a essa situação, iniciaram-se as tratativas junto ao poder público.

Diversas foram as reuniões de trabalho no Minis-

“Parece-nos, portanto, que a escolha menos prejudicial aos estabelecimentos de saúde é, de fato, subscrever o TAC e adimplir com suas obrigações legais com os benefícios de prazo e a velada imunidade de autuações lá previstos.”

tério Público do Estado do Rio de Janeiro, sendo que hoje, após inúmeras rodadas de negociação, estão em fase final de elaboração as minutas dos Termos de Ajuste de Conduta (TACs), que visam, exatamente, definir as obrigações das unidades de saúde, da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) para o cumprimento da legislação.

Os TACs não são de adesão compulsória. No entanto, são uma solução viável ao administrador hospitalar para o cumprimento racional da norma legal, evitando autuações fiscais e outras arbitrariedades. Neles estará prevista a obrigação de construção da estação de tratamento de efluentes por parte da unidade, porém com prazos maiores do que o legal - que exige a imediata construção - e com o compromisso de apoio por parte dos órgãos especializados do poder público: Feema e Cedae.

Parece-nos, portanto, que a escolha menos prejudicial aos estabelecimentos de saúde é, de fato, subscrever o TAC e adimplir com suas obrigações legais com os benefícios de prazo e a velada imunidade de autuações lá previstos.

Por outro lado, uma forma oportuna e plausível para financiar as construções destas estações de tratamento e demais adequações previstas no TAC, é a propositura de ação em face da Cedae, pleiteando a repetição do indébito relativo à cobrança indevida dos serviços de tratamento de esgoto, haja vista que este nunca foi prestado pela empresa pública e sempre foi cobrado nas faturas mensais, conjuntamente com o fornecimento de água.

Temos obtido êxito nas ações com este objeto, obtendo a devolução, com os acréscimos legais, das importâncias pagas nos últimos cinco anos a este título. É, sem sombra de dúvida, uma solução jurídica eficaz para, ao menos, amenizar o desencaixe necessário para realização das obras exigidas pela lei.

* LUIZ MARCELO LUBANCO É ADVOGADO, MESTRE EM DIREITO EMPRESARIAL E CONSULTOR JURÍDICO DA AHCJR, CNS, FEHERJ, SINDHERJ E SINDHESB



Diretoria SINDHERJ - 2005/2008

No último dia 28 de fevereiro, foi reeleita, em assembléia-geral, a atual diretoria do Sindicato de Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado no Rio de Janeiro (SINDHERJ). O mandato, de três anos, vai de 2005 a 2008. O médico Armando Carvalho Amaral continua na presidência da entidade.

DIRETORES	CARGO	ESTABELECIMENTOS
Armando Carvalho Amaral	PRESIDENTE	Casa de Saúde Santa Therezinha S/A
José Carlos de Souza Abrahão	1º VICE-PRESIDENTE	Hospital de Clínicas de Jacarepaguá Ltda
Luiz Fernando Froimtchuk	2º VICE-PRESIDENTE	Oncologistas Associados Serviços Médicos Ltda
José Elias Mansur	3º VICE-PRESIDENTE	Casa de Saúde e Maternidade Joari Ltda
José Massoud Salame	TESOUREIRO	Clínica Enio Serra Ltda
Luciano Sampaio Balbino	SECRETÁRIO-GERAL	Hospital de Clínica Dr. Balbino Ltda
Luis Eduardo Vaz Miranda	SECRETÁRIO-ADJUNTO	CEPERJ - Centro de Prematuros do Estado do Rio de Janeiro Ltda
Antônio Carlos de Mattos Barbosa	DIRETOR	Sanatório Rio de Janeiro Ltda
Chamberlain Noé	DIRETOR	Casa de Saúde São Lucas S/A
Fernando Sampaio Rebello	DIRETOR	Clínica Bela Vista Ltda
Gerson Schorr	DIRETOR	Gerson Schorr Clínica de Alergia e Dermatologia Ltda
Jorge Miguel Serafim campos	DIRETOR	Baby Clínica Ltda
Luciano Cirauco Aristocolo	DIRETOR	Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo Ltda
Luiz Carlos Correia Lima	DIRETOR	Assistência Médica Hospitalar São Jorge Ltda
Douglas Mac Dowell	1º CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO	Casa de Saúde Afonso Mac Dowell Ltda
Sebastião Till	2º CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO	Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora das Graças Ltda
Francisco Hermenegildo da Silva	3º CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO	Medical Data Systems Ltda
Rui Nunes Machado	1º CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	Clínica Jardim América Ltda
Ronaldo Galdino Campos	2º CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	Cardio Copa Ltda
Ronald Faria Crespo	3º CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	Casa de Saúde Imaculada Conceição Ltda

Desembargador Cavalieri assume a presidência do TJ-RJ

O desembargador Sérgio Cavalieri Filho tomou posse, no dia 1º de fevereiro, como presidente do Tribunal de Justiça do Rio. Eleito em dezembro, ele assume o posto no lugar do desembargador Miguel Pachá. O novo presidente reafirmou sua proposta de colocar alunos da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) como juízes leigos a fim de desafogar a primeira instância. Só no ano passado, foram abertos mais de 900 mil processos. Em seu dis-

curso de posse, Cavalieri afirmou ainda que a prioridade de sua gestão serão as varas e juizados. O novo presidente do TJ fez duras críticas ao controle externo do Judiciário e cobrou mais eficiência da Justiça.

Prestigiaram a cerimônia de posse, entre outras autoridades, a governadora Rosinha Garotinho, o prefeito Cesar Maia, o secretário estadual de Segurança Pública, Marcelo Itagiba, e o procurador-geral do estado, Marfan Vieira.

Hospital Business 2005

14 a 16
de setembro
Marina da Glória
das 12 às 21h



Por que Participar?

O Hospital Business é hoje um evento consagrado, que já faz parte do calendário anual do Rio de Janeiro e vem crescendo a cada ano, fato esse que pode ser confirmado pelo aumento de visitantes e expositores e pelo número de negócios realizados, além da multiplicação das oportunidades para desenvolvimento de novos negócios e novos clientes, otimização de sua estratégia de marketing e a total visibilidade de sua marca, produtos e/ou serviços.



Quem organiza esse evento?

O Hospital Business é o maior evento do setor médico hospitalar do Rio de Janeiro e está entre os maiores do Brasil, sendo realizado e organizado pelas entidades representativas do segmento hospitalar, Associação de Hospitais e Clínicas do RJ (AHCRIJ), Federação dos Hospitais do Estado do RJ (FEHERJ) e Sindicato dos Hospitais do Estado do RJ (SINDHERJ).



Como vai ser o evento em 2005?

Para 2005, com a consolidação e o amadurecimento em sua 12ª edição, estimamos um público de mais de 10.000 pessoas ao longo dos três dias de evento. O Hospital Business será a maior vitrine para exposição e lançamento de equipamentos, produtos e serviços voltados para o setor médico-hospitalar no Rio de Janeiro.

Para 2005 o congresso também foi ampliado, contando agora com mais 2 auditórios para realização de palestras simultâneas sob a coordenação da Universidade São Camilo.



Como Participar?

Ligue para a Associação de Hospitais e Clínicas do Rio de Janeiro através dos telefones

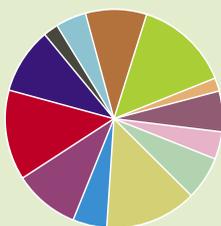
Telefones: (21) 2532-0540 / 2532-0016 / 7816-9802

Fax: 2240-5404 / 2262-0773

E-mails: ahcrj@ahcrj.com.br

Site: www.hospbusiness.com.br

Perfil dos Visitantes



■ Não Responderam	■ Médicos	■ Compradores	■ Fisioterapeutas
■ Dirigentes Hospitalares	■ Enfermeiros	■ Estudantes	■ Outros Segmentos
■ Diretores Médicos	■ Nutricionistas	■ Fabricantes de Produtos Hospitalares	
■ Administradores Hospitalares	■ Farmacêuticos		

Realização



SINDHERJ

Patrocínio



Apoio

